

Projeto: Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima – PROADAPTA

PN: 15.9060.3-001.00

## Termos de Referência

### **Contratação de consultoria para gerar subsídios no tema “arranjos institucionais sobre governança do clima municipal”**

#### **1. Introdução**

Impactos da mudança do clima já são observados na atualidade. De acordo com o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), já se têm registro da intensificação e do aumento da frequência de eventos extremos no Brasil nos últimos anos. Em algumas regiões do país, precipitações violentas provocaram deslizamentos, enchentes e inundações. Em outras, períodos de seca extrema comprometeram o abastecimento de água, a produção agrícola e a geração de energia. Nas regiões costeiras, o aumento do nível do mar associado às tempestades e ventos fortes causaram danos às infraestruturas e prejuízos socioeconômicos em diversos municípios. Em resumo, os efeitos adversos da mudança do clima impactam os sistemas naturais, humanos, produtivos e de infraestrutura.

Paralelamente, além dos riscos climáticos, os municípios têm enfrentado as consequências do rápido processo de urbanização ocorrido no país nos últimos 50 anos. Com esse processo, novos desafios foram postos aos gestores públicos locais e tomadores de decisão como, por exemplo, conciliar o desenvolvimento e a expansão das cidades com a conservação ambiental para redução da vulnerabilidade e da exposição da população aos efeitos da mudança do clima.

Visando subsidiar os diferentes níveis de governo no acesso a metodologias e informações adequadas para a realização de análises de vulnerabilidade, a gestão do risco e a elaboração de medidas de adaptação, o governo federal desenvolveu o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA, 2016), instrumento que visa a redução do risco climático do país e implementação da Agenda Nacional de Adaptação.

Nesse contexto, foi desenvolvido, no âmbito da Cooperação Técnica entre o Brasil e a Alemanha, o projeto “Apoio ao Brasil na implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (ProAdapta)”, que visa contribuir para o aumento da resiliência climática do Brasil por meio da implementação efetiva da Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do



Clima. Deste modo, por um lado o Ministério do Meio Ambiente é fortalecido em sua função de coordenação. Por outro lado, nos setores, estados e municípios selecionados são desenvolvidas capacidades para que políticas públicas, métodos e instrumentos para a transversalização (*mainstreaming*) da adaptação à mudança do clima, bem como medidas replicáveis de adaptação, possam ser implementadas. Paralelamente o projeto promove, por meio de medidas de sensibilização, a adaptação do setor privado e da sociedade civil à mudança do clima. Finalmente, as lições aprendidas do projeto são disseminadas tanto em nível nacional como internacional.

O projeto ProAdapta foi objeto de um Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Alemanha, que resultou em uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente do Brasil - (MMA) e o Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança Nuclear da Alemanha - (BMUB). A agência implementadora do projeto é a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

No âmbito desta iniciativa, o ProAdapta visa fornecer apoio técnico aos parceiros selecionados, em temas relacionados aos objetivos listados acima, por meio de atividades, tais como: assessoria técnica, consultorias especializadas, estudos, realização/apoio/participação em eventos, capacitações, intercâmbio de experiências, comunicação e sensibilização, entre outros.

Em relação à sua abordagem junto aos Estados e Municípios, o ProAdapta possui como objetivo apoiar a consideração dos riscos climáticos nas políticas e estratégias locais e a implementação de medidas de adaptação inovadoras. Dentro deste escopo, as seguintes atividades poderão ser apoiadas pelo projeto, conforme a demanda:

1. Levantamento dos processos e procedimentos administrativos no setor público, relevantes para a adaptação, com vista para a necessidade de avaliações do risco climático;
2. Elaboração de análises de impacto e vulnerabilidade, de acordo com a demanda, como base para a identificação das necessidades de adaptação;
3. Realização de análises (econômicas) dos riscos (danos e prejuízos abruptos e gradativos) da mudança do clima, bem como do custo/benefício da adaptação;
4. Realização de análise dos pontos de entrada para a adaptação, p. ex. nas políticas, planos e programas de incentivos existentes; apoio à consideração dos riscos climáticos /medidas de adaptação nos respectivos processos; utilização de medidas de AbE.
5. Apoio à inserção da adaptação em planos, estratégias e políticas, conforme demanda e por meio de contribuições de especialistas;

6. Realização de medidas piloto de gestão de riscos climáticos nos processos de planejamento em nível estadual e municipal;
7. Articulação, apoio e sistematização de medidas de adaptação piloto inovadoras e replicáveis; e
8. Eventos para troca de experiências.

## 2. Contexto

O PNA envolve um conjunto de estratégias setoriais com importante sinergia com as políticas e instrumentos de gestão municipal. Nesse sentido, destaca-se a estratégia para cidades e para o clima urbano, que tem características específicas. O clima urbano e seus elementos, tais como temperatura, umidade, radiação e vento, são diretamente influenciados pela urbanização e configura microclimas peculiares às cidades. Esse microclima é o resultado das transformações sucessivas para a construção de infraestruturas urbanas e da redução da cobertura vegetal do solo. Todos esses fatores contribuem para o aumento da temperatura nas cidades e para a formação de ilhas de calor, característica universal do clima urbano, além dos fenômenos inversão térmica.

O microclima urbano tem forte impacto na saúde das populações urbanas, cujo percentual é de 76% no Brasil, conforme dados do IBGE de 2017. Do ponto de vista dos ecossistemas, esses impactos envolvem o conjunto de processos provedores de serviços ambientais necessários à qualidade de vida nas cidades.

Nesse contexto, o projeto “*Apoio ao Brasil na Implantação da Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima - PROADAPTA*” visa favorecer o aumento da resiliência urbano climática no Brasil, por meio da implementação efetiva da Agenda Nacional de Adaptação (*outcome*), mediante o apoio ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) nos processos de coordenação e cooperação entre as três esferas de governo, setores econômicos e sociedade civil, uma vez que os impactos da mudança do clima ocorrem em escala local, mas as medidas de enfrentamento dependem de ações coordenadas e implementadas em diferentes estratégias setoriais ou temáticas.

O PROADAPTA está estruturado em três componentes (*outputs*) que visam o alcance dos seguintes resultados:

1. Apoio ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) na coordenação da implementação da agenda nacional de adaptação, por meio do aprimoramento dos mecanismos de coordenação de fóruns de intercâmbio entre atores centrais nos diferentes níveis de governança; implementação da estratégia de desenvolvimento de capacidades para implementação do

- PNA; monitoramento e avaliação do PNA; desenvolvimento e implementação de uma estratégia de financiamento e comunicação do PNA.
2. Inserção da consideração do risco climático nas políticas e estratégias de ministérios setoriais, estados e municípios selecionados e implementação de medidas de adaptação inovadoras em nível local, por meio de análises de: impacto e vulnerabilidade, custo-benefício da adaptação e pontos de entrada para consideração de riscos climáticos em processos de planejamento e decisão; realização de experimentos pilotos: gestão de risco climático nos processos de planejamento e medidas de adaptação.
  3. Sensibilização de atores do setor privado e da sociedade civil para as oportunidades e os riscos da mudança do clima e o uso de opções de adaptação.

No âmbito do Componente 2 do ProAdapta e considerando que a Prefeitura de Santos já possui Comissão Municipal de Adaptação à Mudança Do Clima – CMMC criada em 2015<sup>1</sup>, bem como Plano Municipal de Mudanças Climáticas, existe a necessidade de organizar e adequar seu arranjo institucional aos desafios de mudança do clima que o município enfrenta. Esses desafios abarcam diversas políticas setoriais, cuja integração é grande importância para a implementação das medidas de adaptação.

Para tanto, a presente consultoria visa realizar um levantamento, sistematização e análise de experiências existentes de arranjos político-administrativos de governança em mudança do clima que integrem diferentes setores de experiências existentes de painéis científicos de mudança de clima que assessoram a instância política. O resultado da consultoria servirá como subsídio para que a Prefeitura Municipal de Santos reflita sobre o modelo atualmente adotado e desenvolva futuramente novas configurações de governança, caso decida por mudanças no arranjo atual. Ademais, os resultados da consultoria também servirão para orientar outros municípios a iniciarem um processo de diálogo e instalação de governanças municipais para o clima, na medida em que os resultados sejam posteriormente editados e publicados em formato acessível para gestores municipais. Por fim, este estudo fortalece o papel de coordenação do PNA por parte do MMA, por ser sinérgico com sua estratégia junto aos entes federados.

]

---

1

De acordo com Decreto Municipal nº 7.293 de 30 de novembro de 2015.



### 3. Objetivo Geral

Identificar modelos de arranjos institucionais composto por múltiplos setores; de governança da política ambiental e de mudança do clima para referência aos tomadores de decisão no nível municipal e regional.

#### 2.1. Objetivos específicos:

1. **Levantamento** de 20 experiências e modelos existentes de arranjos institucionais (10 nacionais e 10 internacionais) de instâncias da política de mudança do clima na escala municipal no âmbito **político-administrativo** que sejam preferencialmente assessorados por **painéis científicos**;
2. A partir do levantamento das experiências elencadas no item 1, **detalhamento** de 3 experiências nacionais e 3 experiências internacionais **selecionadas**;
3. Elaboração de proposta de **metodologia para análise de efetividade** das instâncias detalhadas, levando em consideração a governança, sustentabilidade política e integração de políticas setoriais para governança do clima, com base em pesquisa bibliográfica específica, insumos existentes e critérios para avaliação dos pontos fortes e frágeis.
4. Análise de **efetividade** das experiências selecionadas no tópico 2.
5. Análise **comparativa** das experiências existentes com base nos resultados alcançados no item 4.

#### 4. Atividades principais e metodologia de trabalho

Os serviços de consultoria demandada englobarão 3 etapas que deverão ser desenvolvidas de maneira alinhada com a Comissão Municipal de Adaptação à Mudança do Clima da Prefeitura de Santos e o comitê técnico do ProAdapta composto por técnicos do MMA e da GIZ.

**Etapa I:** Elaboração do roteiro metodológico para as etapas II e III e realização de reunião de alinhamento com Prefeitura de Santos, MMA e GIZ para apresentação, validação e complementação da proposta, bem como estabelecimento de cronograma de atividades.

**Etapa II:** **Levantamento** e **detalhamento** das experiências e dos modelos de arranjos institucionais de governança do mudança do clima (político e científico) - Objetivos específicos 1 e 2.



A atividade inicial consiste no **levantamento** dos modelos existentes e experiências de arranjos institucionais mudança do clima (político) e governança no nível municipal (i) no Brasil, e (ii) em países com estrutura federativa similar ao Brasil e (iii) em países com experiências exitosas no tema. Complementarmente, deverá ser investigado se tal instância política é subsidiada por algum comitê científico atrelado e como é o funcionamento de tal comitê. As **perguntas orientadoras abaixo** servem para o levantamento almejado na etapa 1 desta consultoria.

A metodologia deve envolver pesquisa e análise bibliográfica pelo consultor, entrevistas presenciais e à distância (Skype / telefone) e reuniões constantes com os Parceiros do projeto para alinhamento. A reunião de alinhamento é primordial antes do início de cada etapa. A responsabilidade de **organizar e agendar as entrevistas é do consultor**.

De acordo com o objetivo específico 2, o consultor deve apresentar o levantamento geral aos Parceiros do projeto para a **seleção consensual** de quais serão as 6 experiências e modelos que deverão ser **detalhadas** pelo consultor.

A respeito do levantamento e **detalhamento** das experiências e modelos de arranjos institucionais de mudança do clima (político e científico) e governança, seguem abaixo perguntas orientadoras:

- I. Qual o nível de poder (consultivo, deliberativo) dessa instância político-administrativa nos processos de tomada de decisão?
- II. Como essa instância foi institucionalizada? Como foi o histórico de criação (descrever e inserir link dos instrumentos normativos se houver)? Houve um processo de engajamento social (se sim, detalhar)?
- III. Como funciona esta instância nas experiências observadas? Como é a composição da instância? Como é a forma de tomada de decisão, e a periodicidade de reuniões?
- IV. Como se dá a articulação entre políticas públicas setoriais, como de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Proteção e Defesa Civil, Saúde, Educação, Desenvolvimento Urbano, dentre outras?
- V. Como os conceitos de resiliência urbano climática e vulnerabilidades advindas do processo de mudança do clima estão inseridos nas práticas organizacionais analisadas?
- VI. Existem mecanismos nessa estrutura para viabilizar a participação pública e transparência (acesso a informação)?
- VII. Nestas experiências, como está sendo o mecanismo para garantir a sustentabilidade a longo prazo da instância e incentivar a participação contínua dos membros?



- VIII. Nestas experiências, quais tem sido os recursos necessários para o funcionamento desta instância?
- IX. Quais os principais **aprendizados e desafios identificados** para instâncias políticas sobre mudança do clima em escala municipal? Como tais desafios e aprendizados são integrados a instâncias regionais (estadual e/ou nacional)?
- X. Essas instâncias possuem estratégia de comunicação? Se sim, como funcionam?
- XI. Qual a relação desta instância com outras existentes (*interplay* horizontal e vertical)?
- XII. Qual a relação desta instância com o conhecimento e comunidade científica?
- XIII. Existe e como é constituído eventual painel / comitê / comissão científica para aconselhamento no qual a instância se relaciona?

Em resumo a **etapa 2** será alcançada com base na execução das seguintes atividades:

- I. Pesquisar e analisar criticamente, com base em bibliografia, **modelos de arranjos político** e científico na área de mudanças do clima (análise mínima de 6 artigos científicos internacionais).
- II. Pesquisar e listar municípios contendo **experiências concretas** de arranjos políticos e técnicos de mudança do clima (10 nacionais e 10 internacionais).
- III. Apresentar a pesquisa do item anterior à Comissão Municipal de Adaptação à Mudança do Clima, MMA e GIZ para seleção consensual das experiências para aprofundamento da pesquisa (**3 experiências nacionais e 3 experiências internacionais**).
- IV. Pesquisar de maneira detalhada os arranjos selecionados<sup>2</sup> com base nas perguntas orientadoras acima, conduzindo entrevistas semiestruturadas e leitura dos documentos selecionados.
- V. Apresentação de relatório com os resultados da pesquisa detalhada.

### **Etapa III: Avaliação da efetividade das instâncias políticas e científicas selecionadas**

---

<sup>2</sup> As entrevistas aos membros da instância selecionada deverão envolver o **máximo possível** de representantes. Os aspectos centrais para aprofundamento da pesquisa nos 6 municípios escolhidos serão consensuados na reunião entre os Parceiros e Consultoria. Estes aspectos servirão para comparação e análise de efetividade na etapa III.



**Realizar avaliação** conforme a proposta metodológica elaborada na etapa 1, para análise de efetividade das instâncias políticas e científicas selecionadas, com base em pesquisa bibliográfica específica, insumos existentes e critérios para avaliação dos pontos fortes e frágeis.

Desta maneira, a etapa 2 será alcançada com base na execução das seguintes atividades:

- i. Pesquisa e Desenvolvimento de critérios para avaliação de efetividade da instância.
- ii. Apresentação dos critérios aos parceiros do projeto para definição comum dos critérios a serem adotados.
- iii. Avaliação das instâncias segundo critérios pré-definidos de efetividade.
- iv. Análise comparativa das instâncias pesquisadas segundo sua efetividade.
- v. Apresentação dos resultados da avaliação (formato a definir).

#### **Etapa IV: Apresentação Geral dos resultados alcançados**

Na etapa final, a consultoria deve apresentar todos os resultados dos trabalhos, incluindo as referências utilizadas (referências bibliográficas, com os links e uma pasta no google drive). O formato deverá ser: Sumário executivo, relatório final, PowerPoint e apresentação oral presencial em seminário em Santos.

#### **5. Supervisão e Aprovação**

A supervisão e aprovação técnica das atividades e produtos ficarão a cargo da equipe técnica da Comissão Municipal de Adaptação à Mudança do Clima da Prefeitura de Santos, do Departamento de Políticas em Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente (DPMC/MMA) e da equipe técnica do Projeto PROADAPTA da GIZ, inclusive na aprovação e/ou solicitação de retificação de produtos.

Caberá à GIZ receber a primeira versão dos produtos e realizar análise prévia, e enviar ambos (primeira versão e análise prévia) para Prefeitura de Santos e MMA para complementação da análise. Caso a primeira versão não atenda aos requisitos previamente combinados, o produto será devolvido para elaboração de segunda versão. A segunda versão será avaliada quanto aos aspectos indicados na análise da primeira versão.

O uso da norma culta da língua portuguesa, bem como a clareza, concisão e compreensão da linguagem dos produtos é critério para a sua aprovação.





O contratado deverá executar o serviço com seus próprios equipamentos e em suas próprias instalações.

## 6. Produtos e Prazos

As atividades deverão ser realizadas entre os meses de **13 fevereiro de 2019 a 31 de março de 2020**, com apresentação do produto final até 29 de fevereiro de 2020. Qualquer alteração de produto e prazo deverá ser acordada entre as partes.

Todas as atividades desenvolvidas no contrato deverão, ao término do prazo estabelecido, gerar relatórios que serão entregues em cópias digitais à equipe da GIZ, para posterior encaminhamento aos demais supervisores, para aprovação e liberação para pagamento.

Os produtos esperados, prazos de entrega e especificações são os seguintes:

	<b>Descrição do Produto</b>	<b>Prazo de Entrega</b>	<b>Formato / Especificações</b>
Etapa 1 - Elaboração do roteiro metodológico, cronograma e realização de reunião de alinhamento	<b>Produto 1:</b> Roteiro Metodológico para as etapas 2 e 3 (após a reunião de validação e aperfeiçoamento) e cronograma de atividades	Até 10 dias após contratação  Data Prevista: <b>25/02/2019</b>  (ENTREGUE)	Documento aberto em formato Word, com eventuais anexos.
Etapa 2 - Levantamento, Análise e desenvolvimento de Relatório (Objetivos 1, 2 e 3)	<b>Produto 2:</b> Levantamento de experiências e modelos existentes de arranjos institucionais de instâncias de mudança do clima na escala municipal no âmbito <b>político-administrativo e científico (mínimo 10 nacionais e 10 internacionais)</b>	Até 30 dias após a contratação (D30)  Data Prevista: <b>13/03/2019</b>  (ENTREGUE)	Documento aberto em formato Word, com eventuais anexos.
	<b>Produto 3:</b> Detalhamento de <b>3 experiências nacionais e 3 experiências internacionais selecionadas.</b>	Data Prevista:  <b>05/01/2020</b>	Documento aberto em formato Word, com tabela e organogramas com eventuais anexos.

<b>Etapa 3</b> – Avaliação da efetividade das instâncias selecionadas	<b>Produto 4:</b> Avaliação da <b>efetividade</b> das experiências selecionadas.	Data Prevista: 25/01/2020	Documento aberto em formato Word, com tabela, com eventuais anexos.
	<b>Produto 5:</b> Análise <b>comparativa</b> das experiências existentes com base nos resultados alcançados.	Data Prevista: 14/02/2020	
	<b>Produto 6 (final):</b> Apresentação dos resultados alcançados (sumários executivo, relatório final, PowerPoint e participação em seminário).	Até 15 dias de trabalho3 após a aprovação do produto 5. Data prevista: 29/02/2020	Documento aberto em formato Word, com eventuais anexos. PowerPoint.

## 7. Requisitos de qualificação

**i. Formação acadêmica:** Os trabalhos devem ser realizados por profissional com atuação na área de mudança do clima, com graduação em uma das seguintes áreas:, Gestão Pública, Ciências Políticas, Relações internacionais, Geografia, Sociologia, Ciências Sociais, Ciências Ambientais ou outra disciplina correlata e estar cursando ou possuir pós-graduação nas áreas de Planejamento ou Gestão Governamental, Gestão de Projetos, Monitoramento e Avaliação de políticas públicas, Mudança do Clima, Desenvolvimento Sustentável, Gerenciamento Costeiro e áreas correlatas.

**ii. Experiência Profissional:** os consultores devem possuir os seguintes requisitos:

Experiência em pesquisa bibliográfica (inglês e português), gestão de políticas públicas, gestão de projetos e/ou na condução de pesquisa acadêmica;

Conhecimento consolidado na área de governança do clima

Experiência na elaboração de documentos governamentais e/ou publicações científicas;

Experiência de trabalho junto ao setor público;

Domínio da norma culta do português;

Domínio do idioma inglês;

Nível avançado de conhecimento no pacote office, especialmente em Word e Excel;

**iii. Qualificações desejáveis:** boa capacidade de realização de pesquisas, análise e apresentação de dados; responsabilidade no cumprimento de metas e compromissos; desejável

experiência de trabalho na área de mudança do clima, em especial, políticas de adaptação; desejável experiência de trabalho com equipes interdisciplinares e interinstitucionais; desejável nível avançado em inglês e espanhol.

Disposição para realização de viagens à Santos e Brasília.

## **8. Apresentação dos Produtos**

Os produtos deverão ser apresentados em conteúdo e linguagem compatíveis com a sua destinação, devidamente digitalizados e formatados, e obedecendo aos critérios definidos em reunião de alinhamento. Os produtos deverão ser entregues em versão preliminar para avaliação da GIZ, Prefeitura de Santos e do DPMC/MMA que terão prazo de 15 (quinze) dias para se manifestarem. Após a manifestação, a (o) contratada (o) deverá apresentar a versão final, onde deverão ser atendidas as recomendações que venham a ser solicitadas para o aprimoramento do produto.

A versão final dos produtos deverá ser entregue em meio digital, em formatos .doc e .pdf, compatíveis para impressão colorida em impressora laser, com os textos em formato A4 e fonte Calibri tamanho 11. Todas as fontes de consulta, gráficos, imagens ou fotografias deverão ser citadas na bibliografia, que deverá seguir as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Os quadros, se houver, deverão especificar as fontes dos dados apresentados.

## **9. Viagens**

Estão previstas até 3 reuniões presenciais em Santos ou Brasília para realização de apresentação dos produtos roteiro metodológico e levantamento abrangente de experiências (1 e 2.1); Detalhamento das 6 experiências e análise de efetividade (2.2 e 3) e, por fim, para a apresentação do produto final da consultoria (4). Para realização do trabalho, será prevista uma viagem aérea da Consultora para Santos, incluindo até 3 dias de hospedagem e de diária.

## **10. Orientações sobre a menção do apoio do Projeto e utilização dos dados gerados para fins acadêmicos**

No (s) produto (s) elaborado (s) no âmbito deste TdR, assim como em eventuais trabalhos futuros e desdobramentos que possam fazer uso do (s) produto (s) (em sua totalidade ou parcialmente), o apoio técnico e financeiro do *Projeto Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional*



*de Adaptação à Mudança do Clima* deverá ser explicitado. Para tanto, deverá constar de forma visível a seguinte menção:

“O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito do Projeto *Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima*, uma realização do governo brasileiro, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), no contexto da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável Brasil-Alemanha, no âmbito da Iniciativa Internacional de Proteção do Clima (IKI) do Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza, Construção e Segurança Nuclear (BMUB) da Alemanha. O projeto conta com apoio técnico da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.”

A primeira frase dessa menção poderá ser substituída pela seguinte frase, no caso de trabalhos futuros e desdobramentos, fazendo uso do (s) produto (s) elaborados (em sua totalidade ou parcialmente) no âmbito deste contrato: “O presente trabalho foi desenvolvido com base em produtos e atividades realizadas no âmbito do Projeto *Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima*”.

Ainda, deverão constar, também de forma visível, os logotipos atuais do MMA e da GIZ, assim como do - BMUB da Alemanha, e de outros atores que tenham contribuído de maneira significativa ao desenvolvimento do trabalho.

Devido à sensibilidade de algumas informações, o consultor deverá assinar um termo de confidencialidade relativo aos produtos objetos desta contratação. Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos objeto deste contrato terão os direitos autorais compartilhados com o MMA e a GIZ, e sua reprodução total ou parcial, a utilização e aproveitamento dos dados do trabalho para a elaboração de artigos científicos e de divulgação, assim como para atividades de ensino e pesquisa de pós-graduação, dependerá de autorização prévia destas instituições, inclusive em período posterior ao encerramento do contrato, respeitando-se e reconhecendo-se a propriedade intelectual.

## **11. Pagamento**

A aprovação final dos serviços/produtos e autorização para pagamento estará a cargo do Sr. Michael Scholze, Diretor do Projeto Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima/GIZ.



## 12. Código de Conduta

A gestão interna da GIZ visa promover a equidade de oportunidade e de perspectivas, independente da identidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, origem social, religião ou idade. A diversidade de seu pessoal, assim como um ambiente corporativo regrado pelo respeito e apreço mútuos, representa para a GIZ um sinal de êxito e excelência em seu trabalho. A GIZ prioriza a indicação de mulheres, de LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Intersex), pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência para palestras, representações, entrevistas e até mesmo vagas de emprego.

Assim, o (a) consultor (a) ou empresa selecionado (a) deverá respeitar a diversidade de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, classe social, religião e idade e assumir atitudes que, com efeito multiplicador, ajudará a promover a igualdade entre os diversos atores envolvidos na consultoria desse TdR, adotando as seguintes posturas:

- **Postura pessoal**

- Escute e dê crédito a ideias de suas (eus) colegas de trabalho, independentemente de gênero, orientação sexual, etnia, condição de saúde, origem social, religião ou idade, mantenha a atenção para situações de vulnerabilidade, respeite sua oportunidade de fala e apoie as ideias de suas colegas de trabalho;
- Fale sobre assuntos relacionados a gênero, escute e tenha empatia com quem é prejudicada (o) pelas desigualdades – em especial as mulheres, leia sobre o tema e incentive essa discussão nos espaços que circula, seja na empresa, organização, reuniões ou palestras;
- Questione e combata o assédio sexual, seja um exemplo de respeito às mulheres e não se cale diante da denúncia ou testemunho a um assédio;
- Questione a ideia de que existem atividades de homens e atividades de mulheres, evite atribuir certas atividades apenas a mulheres, simplesmente porque são tidas como “atividades femininas”;

- **Ao prestar o serviço**

- Seja um exemplo de respeito aos direitos das mulheres, de LGBTI, das pessoas negras e indígenas, pessoas com deficiência e idosas (os) para suas (seus) colegas de trabalho. Evite piadas que degradem esses grupos;



- Procure estar sempre informada (o) sobre as políticas de promoção da equidade de gênero em seu ambiente de trabalho, busque divulgá-las e respeitá-las. A implementação de estratégias de promoção de equidade de gênero visa uma transformação de cultura interna e pode impactar também externamente;
- **Orientações corporativas**
  - Apoie iniciativas de acesso e permanência de mulheres, de LGBTI, pessoas negras e indígenas, e pessoas com deficiência no campo do desenvolvimento sustentável, que encontram inúmeros obstáculos para ocuparem espaços de decisão e poder em nossa sociedade.

Brasília - DF, 25 de outubro de 2019.

**Ana Carolina Câmara**

Diretora

Apoio ao Brasil na Implantação da sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima – PROADAPTA

Proteção e Gestão Sustentável das Florestas Tropicais

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH



**Vértice Sociedade Civil de  
Profissionais Associados  
Cleônides de Sousa G  
Gestor de Contratos  
e Acordo dos Sócios**